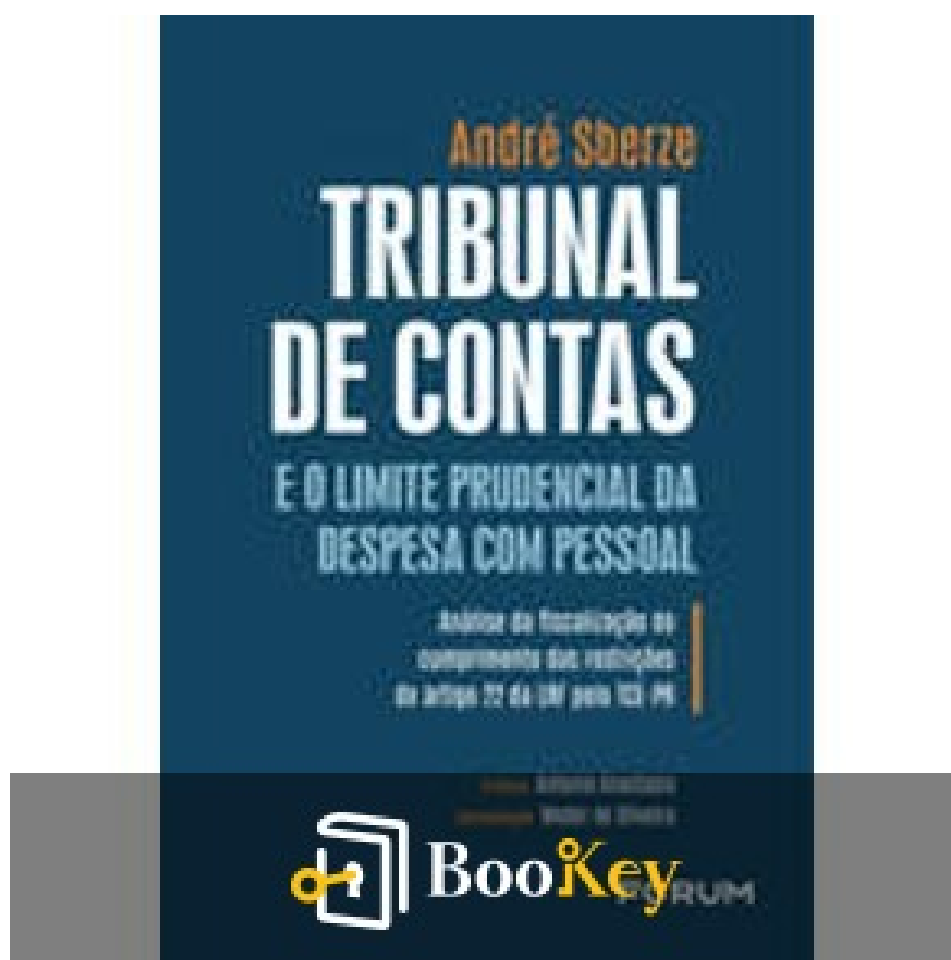


Tribunal De Contas E O Limite Prudencial Da Despesa Com Pessoal PDF

ANDRÉ SBERZE



Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

Sobre o livro

Apresentação do Livro

Neste livro inovador, explora-se a questão do limite prudencial para gastos com pessoal e a fiscalização realizada pelo Tribunal de Contas (TCE-PR) em relação às exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

A obra detalha a situação das Prefeituras no Paraná e examina a atuação do TCE-PR, incluindo suas normas internas e decisões que orientam sobre o limite de despesas com pessoal. Propõe-se um avanço nas práticas de fiscalização, sugerindo um controle que seja preventivo e proativo, aplicável em todos os Tribunais de Contas no Brasil.

O autor, Prof. André Sberze, é advogado e fundador da página @controle_externo_descomplicado, reconhecida como uma das principais fontes de informações sobre Tribunal de Contas, Direito Administrativo e Direito Financeiro no Instagram.

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

Por que usar o aplicativo Bookey é melhor do que ler PDF?



Teste gratuito com Bookey



Ad



Experimente o aplicativo Bookey para ler mais de 1000 resumos dos melhores livros do mundo

Desbloqueie **1000+** títulos, **80+** tópicos

Novos títulos adicionados toda semana

Product & Brand

Liderança & Colaboração

Gerenciamento de Tempo

Relacionamento & Comunicação

Estratégia de Negócios

Criatividade

Memórias

Conheça a Si Mesmo

Psicologia

Empreendedorismo

História Mundial

Comunicação entre Pais e Filhos

Autocuidado

Mi

Visões dos melhores livros do mundo

amento
pos

Os 7 Hábitos das
Pessoas Altamente
Eficazes



Mini Hábitos



Hábitos Atômicos



O Clube das 5
da Manhã



Como Fazer Amigos
e Influenciar
Pessoas



Com
Não

Teste gratuito com Bookey





Por que o Bookey é um aplicativo indispensável para amantes de livros



Conteúdo de 30min

Quanto mais profunda e clara for a interpretação que fornecemos, melhor será sua compreensão de cada título.



Clipes de Ideias de 3min

Impulsione seu progresso.



Questionário

Verifique se você dominou o que acabou de aprender.



E mais

Várias fontes, Caminhos em andamento, Coleções...

Teste gratuito com Bookey





As melhores ideias do mundo desbloqueiam seu potencial

Essai gratuit avec Bookey



Digitalizar para baixar

Tribunal De Contas E O Limite Prudencial Da Despesa Com Pessoal Resumo

Escrito por IdeaClips

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

Quem deve ler este livro **Tribunal De Contas E O Limite Prudencial Da Despesa Com Pessoal**

O livro "TRIBUNAL DE CONTAS E O LIMITE PRUDENCIAL DA DESPESA COM PESSOAL" de André Sberze é indicado para profissionais da área de finanças públicas, gestores municipais e estaduais, contadores, auditores, e estudantes de Administração Pública e Ciências Contábeis.

Além disso, pessoas interessadas em compreender melhor a legislação sobre a gestão de despesas com pessoal e os limites impostos pelos tribunais de contas encontrarão neste livro uma fonte valiosa de informações e análises.

É essencial para quem deseja aprimorar seus conhecimentos sobre a responsabilidade fiscal e a administração eficiente de recursos públicos.

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

Principais insights de Tribunal De Contas E O Limite Prudencial Da Despesa Com Pessoal em formato de tabela

Capítulo	Tema	Resumo
1	Introdução	Apresentação do tema e importância do controle das despesas com pessoal no setor público.
2	Aspectos Legais	Análise das leis e normas que regem o limite prudencial de gastos com pessoal.
3	Tribunal de Contas	Função e papel do Tribunal de Contas na fiscalização das despesas públicas.
4	Limite Prudencial	Definição e critérios para o cálculo do limite prudencial das despesas com pessoal.
5	Consequências do Excesso de Despesa	Análise das implicações legais e administrativas em casos de descumprimento do limite.
6	Práticas de Controle	Estratégias e práticas adotadas para garantir a conformidade com os limites estipulados.
7	Estudos de Caso	Exemplos práticos e estudos de caso sobre a aplicação do limite prudencial.
8	Considerações Finais	Reflexões sobre a importância do controle das despesas com pessoal e recomendações para o futuro.



Tribunal De Contas E O Limite Prudencial Da Despesa Com Pessoal Lista de capítulos resumidos

1. Introdução ao Papel do Tribunal de Contas na Gestão Pública
2. A Importância do Limite Prudencial de Despesas com Pessoal
3. Análise das Leis que Regulam as Despesas de Pessoal
4. Impacto das Despesas com Pessoal no Orçamento Público
5. Mecanismos de Fiscalização e Controle pelo Tribunal de Contas
6. Estudos de Caso sobre a Aplicação do Limite Prudencial
7. Considerações Finais e Recomendações para Gestores Públicos

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

1. Introdução ao Papel do Tribunal de Contas na Gestão Pública

O Tribunal de Contas é uma instituição fundamental na estrutura da administração pública, atuando como um guardião da legalidade e da boa gestão dos recursos públicos. Sua função primordial é assegurar que os atos da administração estejam em conformidade com as normas legais e que os recursos alocados sejam utilizados de maneira eficiente e eficaz. Na gestão pública, a importância do Tribunal de Contas se evidencia na sua capacidade de promover a transparência e a responsabilidade, aspectos essenciais para a construção de um governo ético e comprometido com o bem-estar da sociedade.

Um dos papéis essenciais do Tribunal de Contas é a fiscalização das despesas públicas, incluindo as relacionadas ao pessoal. Com o advento da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a necessidade de limites prudenciais para a despesa com pessoal tornou-se uma prioridade, visando garantir a sustentabilidade das contas públicas e evitar o excesso de endividamento. A LRF estabelece parâmetros claros que os gestores públicos devem seguir, e o Tribunal de Contas atua monitorando o cumprimento dessas normas, promovendo a accountability ao alertar e responsabilizar os gestores em caso de irregularidades ou excessos.

Além de fiscalizar, o Tribunal de Contas também tem a função de orientar os



gestores sobre as melhores práticas e procedimentos a serem adotados, com o intuito de evitar que as despesas com pessoal alcancem níveis alarmantes que comprometam o equilíbrio fiscal da administração pública. Isso se torna especialmente relevante em tempos de crises econômicas, onde a contenção de gastos é imprescindível.

Nesse contexto, a atuação do Tribunal de Contas é multifacetada: ele não apenas avalia a execução orçamentária, mas também se envolve em atividades de educação e capacitação, visando fomentar uma cultura de responsabilidade fiscal entre os gestores. As recomendações e insights fornecidos pelo Tribunal são fundamentais para auxiliar os entes públicos a adotarem práticas que assegurem a conformidade legal e a eficiência na aplicação dos recursos.

Portanto, o papel do Tribunal de Contas na gestão pública, especialmente no que diz respeito ao limite prudencial de despesa com pessoal, é crucial para garantir que os recursos sejam geridos de forma responsável e que as futuras gerações não sejam sobrecarregadas por dívidas criadas por administrações irresponsáveis. As diretrizes estabelecidas pelo Tribunal, juntamente com um acompanhamento rigoroso, são elementos-chave para promover a saúde financeira do Estado e garantir um serviço público de qualidade para a população.



2. A Importância do Limite Prudencial de Despesas com Pessoal

O limite prudencial de despesas com pessoal representa um tema central na administração pública, especialmente no que tange à sustentabilidade fiscal dos entes federativos. A sua importância se manifesta em diversos aspectos que são cruciais para uma gestão pública responsável e eficaz.

Primeiramente, a definição de um limite prudencial serve como um mecanismo de controle que orienta gastos e busca prevenir excessos que possam comprometer as finanças públicas. Ao estabelecer um teto para as despesas com pessoal, a legislação brasileira, mormente por meio da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), busca assegurar que os recursos públicos sejam gastos de forma equilibrada, evitando que o aumento desordenado das despesas com pessoal leve a um desequilíbrio nas contas públicas. Isso é fundamental, pois despesas elevadas com folha de pagamento podem engessar o orçamento, reduzindo a capacidade do Estado de investir em áreas prioritárias como saúde, educação e infraestrutura.

Além disso, o limite prudencial atua como um instrumento de promoção da transparência e da responsabilidade fiscal. Quando os gestores públicos têm clareza sobre até onde podem ir em termos de gastos, torna-se mais fácil implementar medidas de contenção e otimização de recursos. Essa clareza é essencial para que a sociedade civil possa acompanhar e cobrar a aplicação



adequada dos recursos públicos, contribuindo para um ambiente de governança mais transparente.

Importante também destacar que o limite prudencial promove uma cultura de planejamento e gestão eficaz dos recursos humanos na Administração Pública. Com um teto definido, os gestores são instigados a repensar a estrutura de pessoal, a melhorar processos e a buscar alternativas que garantam a eficiência no uso do dinheiro público. Isso inclui a possibilidade de investir em capacitação, readequação de cargos e funções, e a implementação de tecnologias que aumentem a produtividade, ao invés de simplesmente aumentar a quantidade de servidores.

A observância do limite prudencial impacta diretamente na saúde fiscal do município, estado ou da União. O descumprimento desse limite pode resultar em sérias consequências, como a rejeição de contas, sanções administrativas e a limitação da capacidade de contratação de novos servidores. Nesse sentido, a responsabilidade dos gestores em manter as despesas dentro dos parâmetros legais é fundamental não apenas para a saúde financeira da instituição que administram, mas também para a confiança da população nas instituições públicas.

Por fim, é preciso ressaltar que o limite prudencial de despesas com pessoal não deve ser visto como um obstáculo, mas como um guia para a construção



de uma administração pública sólida, que prioriza a eficiência e a responsabilidade fiscal. O equilíbrio nas contas públicas, aliado ao investimento adequado em gestão de pessoas, são os pilares para a construção de um serviço público que atenda efetivamente às demandas da sociedade.

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

3. Análise das Leis que Regulam as Despesas de Pessoal

A análise das leis que regulamentam as despesas com pessoal é fundamental para entendermos o contexto em que o Tribunal de Contas opera e a importância do controle dessas despesas no setor público. O primeiro marco legal a ser considerado é a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF - Lei Complementar nº 101/2000), que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, incluindo diretrizes claras para a despesa com pessoal.

De acordo com a LRF, os entes federativos devem respeitar limites prudenciais na aplicação de recursos em pessoal, estabelecendo uma proporção máxima da receita corrente líquida que pode ser destinada a essa finalidade. Para a União, esse limite é fixado em 50%, enquanto para os Estados e Municípios, esse percentual é um pouco inferior, destacando a necessidade de contenção dos gastos públicos.

É importante salientar que essa legislação busca garantir a saúde financeira do ente federativo, evitando compromissos excessivos que poderiam levar a dificuldades de pagamento e a precarização dos serviços públicos essenciais. A LRF também introduz mecanismos de transparência e accountability, que exigem que os gestores públicos prestem contas sobre seus gastos, além de promover a implementação de um planejamento estratégico que contemple



os limites legais.

Outro ponto relevante é a Constituição Federal de 1988, que, em seus artigos 37 a 41, trata das disposições gerais sobre a administração pública, focando na gestão de pessoal, nas formas de contratação, nas garantias e direitos dos servidores, bem como em normas de controle da despesa. Os artigos 169 e 200 da Constituição ressaltam a necessidade de reconhecimento da despesa com pessoal como uma obrigação prioritária, mas também estabelecem claramente a importância do controle e da revisão desta despesa, reafirmando a responsabilidade dos gestores em não ultrapassar os limites fixados.

Além disso, as leis estaduais e municipais podem complementar essas diretrizes, trazendo especificidades locais que garantam a adequação das normas à realidade de cada ente. No contexto dessas legislações, destaca-se a obrigatoriedade de que os Tribunais de Contas realizem auditorias e fiscalizações para assegurar que os limites prudenciais estejam sendo respeitados, reforçando o papel do controle interno e externo como instrumentos para promover a boa gestão dos recursos públicos.

Concluindo, a análise das leis que regulam as despesas com pessoal é essencial para compreender não apenas a legislação que estrutura o funcionamento do serviço público, mas também as consequências da



inobservância dessas normas. Um aprofundado conhecimento sobre a LRF e a relação com a Constituição e outras legislações correlatas possibilita aos gestores públicos uma atuação mais responsável e transparente no gerenciamento das despesas com pessoal, refletindo diretamente na eficiência da administração pública e na qualidade dos serviços prestados à sociedade.

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

4. Impacto das Despesas com Pessoal no Orçamento Público

As despesas com pessoal constituem uma parte significativa do orçamento público, com repercussões diretas na capacidade do Estado de investir em outras áreas essenciais como saúde, educação e infraestrutura. Este cenário emerge em um contexto em que as demandas sociais aumentam e a necessidade de investimentos em serviços públicos de qualidade se torna mais premente. Portanto, as implicações financeiras dessas despesas são cruciais para a análise do equilíbrio fiscal e da saúde financeira das entidades públicas.

Primeiramente, as despesas com pessoal englobam não apenas os salários e benefícios diretos, mas também encargos sociais e previdenciários que, ao serem considerados, elevam ainda mais o peso dessa categoria no orçamento. A partir do momento em que uma entidade pública atinge o limite prudencial estabelecido, surgem desafios adicionais, uma vez que a execução orçamentária fica comprometida. Essa situação pode levar a cortes em outras áreas, atrasos nos pagamentos e até mesmo à necessidade de ajuste do quadro de pessoal, influenciando a eficiência do serviço público.

Além disso, o crescimento descontrolado das despesas com pessoal pode gerar um efeito cascata no orçamento. Quando cresce o número de servidores e, conseqüentemente, os gastos associados, o espaço fiscal



diminui, limitando as opções de investimentos e dificultando o cumprimento das metas fiscais. Em muitos casos, isso resulta em déficits orçamentários, que são problemáticos, principalmente em períodos de crise econômica.

Outro aspecto relevante é a relação entre as despesas com pessoal e as expectativas da população. A insatisfação pode surgir quando os cidadãos percebem que os recursos estão sendo consumidos substancialmente pela folha de pagamento, enquanto outros serviços essenciais padecem de investimentos adequados. É aqui que a comunicação das entidades públicas se torna vital; a transparência em relação aos gastos e à justificativa para tais decisões é fundamental para manter a confiança da sociedade.

Por último, é importante ressaltar que o controle e a fiscalização das despesas com pessoal pelo Tribunal de Contas são essenciais para mitigar riscos e garantir conformidade legal. O papel do Tribunal é proporcionar um olhar atento sobre as contas públicas, assegurando que as despesas estejam alinhadas com as prioridades do governo e que não ultrapassem os limites prudenciais. Dessa forma, não só protege a saúde fiscal, mas também contribui para uma gestão mais responsável e sustentável dos recursos públicos, o que é imprescindível para o desenvolvimento de políticas públicas que atendam as necessidades da população de forma eficaz e eficiente.



5. Mecanismos de Fiscalização e Controle pelo Tribunal de Contas

Os mecanismos de fiscalização e controle exercidos pelo Tribunal de Contas são fundamentais para garantir a legalidade, a legitimidade e a eficiência na gestão dos recursos públicos, particularmente no que tange às despesas com pessoal. O Tribunal atua como um ente fiscalizador, fiscalizando a aplicação de recursos públicos e avaliando a conformidade das despesas com os princípios da administração pública estabelecidos pela Constituição e pela legislação específica.

Entre os principais mecanismos utilizados pelo Tribunal de Contas, destacam-se as auditorias, as análises de contas e a emissão de pareceres que cobrem a totalidade das receitas e despesas dos entes federativos. As auditorias podem ser tanto regulares, que ocorrem anualmente, quanto especiais, que são desencadeadas por denúncias ou indícios de irregularidade. Através dessas auditorias, o Tribunal consegue identificar desvios, excessos ou má gestão de recursos, especialmente em relação aos gastos com funcionários e servidores.

Além das auditorias, o Tribunal realiza análises de conformidade, que têm como objetivo verificar se as despesas com pessoal estão de acordo com as normas legais e com o limite prudencial estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Essas análises consideram, por exemplo, os



limites percentuais das despesas totais com pessoal em relação à receita corrente líquida, assegurando que os departamentos públicos não ultrapassem os limites legais que poderiam comprometer suas funções e a qualidade do serviço público.

Outro mecanismo importante de controle são os relatórios periódicos, que o Tribunal elabora e publica. Nesses documentos, são apresentadas informações detalhadas sobre a gestão das despesas com pessoal, indicando eventuais excessos de gastos e sugerindo melhorias na gestão financeira. Esses relatórios servem como uma importante ferramenta de transparência e permitem que a sociedade acompanhe os gastos públicos, além de propiciar aos gestores públicos a oportunidade de corrigir rumos, quando necessário.

Além disso, o Tribunal de Contas promove capacitações e treinamentos para os gestores públicos, capacitando-os sobre a legislação vigente e a correta aplicação dos recursos. Esse aspecto educativo é crucial, pois não apenas reforça a importância do cumprimento das normas, mas também ajuda a formar uma cultura de responsabilidade fiscal e transparência dentro da administração pública.

Por fim, o Tribunal de Contas possui recursos processuais e administrativos para o enfrentamento de irregularidades constatadas. Através do processo de fiscalização, podem ser impostas sanções e recomendações, que, se não



atendidas, podem resultar em ações de responsabilização dos gestores públicos. Este mecanismo de repercussão legal tem um caráter preventivo, desencadeando mudanças significativas nas condutas de gestão pública e contribuindo para a efetividade do controle social.

Assim, os mecanismos de fiscalização e controle do Tribunal de Contas não apenas asseguram a conformidade das despesas com as normas legais, mas também promovem uma gestão pública mais eficiente e responsável, reduzindo o risco de comprometimento da qualidade dos serviços prestados à sociedade.

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

6. Estudos de Caso sobre a Aplicação do Limite Prudencial

A análise da aplicação do limite prudencial de despesas com pessoal, a partir de estudos de caso, revela a eficácia e a complexidade desse mecanismo regulatório na prática da gestão pública. Nesta seção, apresentaremos três casos distintos que ilustram como o Tribunal de Contas atua na fiscalização e orientação das administrações públicas em relação ao cumprimento desse limite e seus desdobramentos para a saúde financeira dos entes federativos.

O primeiro estudo de caso refere-se a um município de médio porte no interior do Brasil que, nos últimos anos, apresentou uma elevação constante nas suas despesas com pessoal. Em 2019, a despesa total com pessoal ultrapassou 60% da receita corrente líquida, indicador que ensejou uma ação do Tribunal de Contas local. A auditoria promovida pelo órgão revelou a falta de controle por parte da gestão municipal na contratação de servidores temporários e a consequente fragilidade no planejamento orçamentário. Como resultado, o Tribunal⁶² reconduziu as ações da gestão municipal, orientando-a a estabelecer um plano de adequação às normas e a fazer revisões de contratos terceirizados. Essa intervenção não apenas propiciou a redução das despesas, como também garantiu um maior acompanhamento das despesas futuras, permitindo ao município retornar ao limite prudencial estipulado pela legislação.



O segundo caso analisa uma autarquia estadual que, ao receber a orientação do Tribunal de Contas, iniciou um processo de reestruturação de sua folha de pagamento. A autarquia, que é responsável por serviços essenciais no estado, enfrentava dificuldades financeiras em decorrência de uma despesa com pessoal que representava 65% de sua receita. Após a notificação do Tribunal, a autarquia implementou um rigoroso plano de demissão voluntária e suspendeu os concursos públicos por prazo indeterminado, além de promover cortes em gratificações e horas extras. Com estas medidas, a organização não apenas respeitou o limite prudencial, mas também conseguiu economizar recursos que foram reinvestidos em serviços de maior demanda na comunidade, mostrando um equilíbrio entre a gestão de pessoal e a continuidade dos serviços.

Por fim, analisamos um município que, após a intervenção do Tribunal de Contas, conseguiu reverter uma situação de elevado comprometimento de receitas com despesas de pessoal. O Tribunal, ao realizar a fiscalização, identificou irregularidades em contratos de consultoria que geravam gastos excessivos. Com a orientação técnica, o município revisou esses contratos e apostou na capacitação interna de servidores, promovendo uma gestão mais eficiente e sustentável. A reavaliação levou a uma redução de 10% nas despesas com pessoal e, ao longo de 18 meses, o município não apenas alcançou o limite prudencial, como também melhorou a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos.



Esses estudos de caso demonstram que a atuação do Tribunal de Contas é fundamental para assegurar que as administrações públicas cumpram os limites prudenciais, evitando assim a deterioração da saúde financeira dos entes federativos. As intervenções do Tribunal não se restringem a impor sanções, mas também incluem orientações e medidas corretivas que podem resultar em uma administração mais responsável e eficiente, contribuindo para uma gestão pública mais transparente e voltada ao interesse coletivo.

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

7. Considerações Finais e Recomendações para Gestores Públicos

As considerações finais sobre o tema "Tribunal de Contas e o Limite Prudencial da Despesa com Pessoal" ressaltam a importância da observância rigorosa por parte dos gestores públicos perante as diretrizes estabelecidas. O adequado controle das despesas com pessoal é fundamental não apenas para a saúde financeira das instituições governamentais, mas também para garantir a eficiência no uso dos recursos públicos e o cumprimento das obrigações constitucionais.

O estudo demonstrou que o Tribunal de Contas exerce um papel essencial na fiscalização e na orientação dos gestores públicos, promovendo a transparência e a responsabilidade na administração das finanças públicas. A aplicação do limite prudencial de despesas com pessoal deve ser encarada como uma ferramenta que visa preservar a sustentabilidade fiscal e a prestação de serviços públicos de qualidade. Os gestores que não observam esses limites podem se ver diante de sérias consequências, incluindo a possibilidade de gestão fiscal irresponsável que compromete o equilíbrio orçamentário e o bem-estar da sociedade.

Diante disso, recomenda-se aos gestores públicos:

1. Que realizem um planejamento orçamentário rigoroso, levando em consideração as projeções de receita e as responsabilidades com pessoal,



evitando assim ultrapassagens dos limites prudenciais.

2. Que promovam a capacitação contínua de suas equipes para o entendimento das normas relacionadas às despesas com pessoal, com o intuito de criar uma cultura de conformidade e responsabilidade fiscal.
3. Que estejam abertos ao diálogo com o Tribunal de Contas e outros órgãos de controle, utilizando as orientações recebidas como base para melhorar a gestão das despesas públicas.
4. Que realizem auditorias internas e avaliações periódicas para monitorar o cumprimento do limite prudencial, identificando eventuais desvios a tempo de evitar sanções mais severas.
5. Que incorporem a transparência na divulgação das informações relacionadas à gestão de pessoal e ao cumprimento dos limites legais, garantindo à população o direito de acompanhar e avaliar as ações de seus gestores.

Além dessas recomendações, é crucial que os gestores estejam proativos na busca de soluções e alternativas que possam equilibrar as demandas de pessoal com a disponibilidade orçamentária. A inovação na administração pública deve ser incentivada, buscando formas de melhorar a eficiência dos serviços prestados sem comprometer o limite prudencial das despesas com pessoal.

Concluindo, a eficiência na gestão das despesas com pessoal é um dos



pilares para o fortalecimento das instituições públicas e a promoção do bem-estar social. Esses esforços não apenas garantem a estabilidade fiscal, mas também promovem a confiança da sociedade nas instituições e na capacidade do Estado em cumprir seu papel de forma responsável e transparente.

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

5 citações chave de Tribunal De Contas E O Limite Prudencial Da Despesa Com Pessoal

1. A observância do limite prudencial da despesa com pessoal é fundamental para a saúde financeira dos entes federativos.
2. O Tribunal de Contas exerce um papel crucial na fiscalização da aplicação dos recursos públicos, garantindo que as normas de responsabilidade fiscal sejam respeitadas.
3. O não cumprimento do limite estabelecido pode resultar em sanções severas e comprometer a continuidade da prestação de serviços públicos essenciais.
4. A gestão responsável das despesas com pessoal, em conformidade com os limites prudenciais, é um indicativo de boa governança.
5. A colaboração entre os entes públicos e os órgãos de controle é essencial para promover a eficiência e a transparência na administração pública.





Digitalizar para baixar



Bookey APP

Mais de 1000 resumos de livros para fortalecer sua mente

Mais de 1M de citações para motivar sua alma

Clipes de ideias de 3 minutos

Acelere seu progresso

Evitar Críticas em Relacionamentos Interpessoais

Criticar os outros apenas provoca resistência e prejudica a autoestima deles, despertando ressentimento ao invés de resolver problemas. Lembre-se de que qualquer tolo pode criticar, mas é preciso caráter e autocontrole para ser compreensivo e perdoar.

Exemplo(s) ▶

Como Fazer Amigos e Influenciar Pessoas

Mantenha a Sequência

Desafio de crescimento de 21 dias

Desafio de Crescimento Pessoal de 21 Dias

Meta diária: 0/5 min
Lêla ou ouça para atingir sua meta

1	2	3	4	5
6	7	8	9	10
11	12	13	14	15
16	17	18	19	20

DIA 21
Obter recompensa do desafio

0 vezes
Você completou

Descobrir Biblioteca Eu

Escolha sua área de foco

Quais são seus objetivos de leitura?

Escolha de 1 a 3 objetivos

- Ser uma pessoa eficaz
- Ser um pai melhor
- Ser feliz
- Melhorar habilidades sociais
- Abrir a mente com novos conheci...
- Ganhar mais dinheiro
- Ser saudável

Continuar